

O mistério da inflação "normal"

Sob uma aparente normalidade, a vida cotidiana argentina é corroída pela hiperinflação

Gustavo H. B. Franco

O que espera um viajante ao desembarcar subitamente em um país experimentando taxas de inflação de ordem de 100% ao mês? Saques, banditismo, mendigos em profusão? Greves, passeatas, e confusões? Ou talvez escassez generalizada e colapso de serviços públicos (luz, telefone)? Um passeio pelo centro de Buenos Aires rapidamente desfaz esta impressão. O turista brasileiro experiente perceberia talvez os bons restaurantes mais vazios e as compras muito baratas, um sintoma claro de que o Austral desvalorizou além da paridade "normal". Mesmo um turista economista, conhecedor dos indícios de hiperinflação, encontra dificuldade em perceber que algo especial está acontecendo. Mas é claro que o centro de Buenos Aires não é exatamente o local mais afetado pela crise: Pelo contrário, a atividade turística e o comércio de luxo são dos ramos que melhor se defendem da inflação basicamente através da dolarização. Uma excursão "antropológica" aos subúrbios distantes, visitando biroskas e supermercados já revela elementos mais concretos da crise: a ameaça dos saques pode ser percebida como uma espécie de espada de Dâmoles. Ainda assim, a impressão que se tem de uma hiperinflação ao vivo e a cores, algo que a história da humanidade testemunhou apenas uma dúzia de vezes, é a de que a situação econômica é séria mas que prevalece uma surpreendente normalidade. A lição importante a reter é a de que a inflação corrói o tecido social através de mecanismos mais sutis e complexos, e possivelmente menos imediatos, do que se pode perceber a superfície.

Mas por que essa normalidade?

O país tem uma velha e elaborada cultura inflacionária, pois sua experiência com inflação muito alta começa bem antes da nossa, em 1976, quando a inflação já ultrapassava 300% ao ano, sendo que durante os anos mais recentes a Argentina por diversas vezes experimenta taxas de 20% ou 30% ao mês. É importante observar que do ponto de vista da "tecnologia" para se conduzir a atividade econômica, não há nenhuma diferença qualitativa entre 30% e 80% mensais. São os mesmos procedimentos — fuga dos ativos monetários, indexação para salários e rendas financeiras, etc. — apenas executados de forma mais ágil. Trata-se, por exemplo, de passar do reajuste semestral para o trimestral, depois para o mensal e mesmo o semanal, como agora proposto pelo novo ministro do Trabalho argentino. Assim sendo, não há tanto problema em se atingir 80% ao mês, principalmente se a trajetória for lenta. No caso argentino não foi, e por isso mesmo houve problemas.

Na Argentina prevalecia a regra de reajuste salarial mensal pela inflação do mês anterior, o que, como qualquer regime de indexação salarial defasada, protege muito bem o salário real quando a inflação não acelera. Quando se observam "pulos" na inflação, como em abril e maio, criam-se grandes defasagens salariais: em princípios de abril reajustes salariais foram da ordem de 17%, mas a inflação para abril, o mês dentro do qual seria gasto o salário, foi de 33,4% (pelo IPC, 41,5% pelo IPES). Em princípios de maio os 33,4% seriam dados como reajuste mas a inflação do mês seria de 78%. A queda do salário real seria da ordem de uns 40% ou 50% dependendo dos índices usados. Todo o problema é que, ainda que no princípio de junho fossem dados os

78% e mais alguma coisa para recompor a média, durante a segunda metade de maio a perda salarial seria de tal ordem que o salário simplesmente não cobria o mês inteiro. Aqueles que tinham poupanças acumuladas podiam sobreviver até o próximo reajuste. Quem não as tinha agiu de forma pragmática: foi às ruas saquear supermercados. O governo reagiu patrocinando distribuições gratuitas de alimentos e antecipando o 13º salário (que na Argentina é normalmente pago em duas parcelas — julho e dezembro). Com os reajustes salariais no começo de junho, a situação se acalmou, mas a se confirmar a previsão de inflação para junho — 95% — novamente haverá uma defasagem salarial grande e a possibilidade de novos problemas no fim do mês.

Ao mesmo tempo os economistas argentinos se mostram alarmados com as informações provenientes de indicadores antecedentes mostrando reduções drásticas em níveis de produção em determinados ramos de atividade (indústria automobilística, por exemplo). É claro que isso pode ser apenas uma reação passageira em um momento de grande incerteza, e que pode não se refletir em elevações duradouras e significativas nos níveis de desemprego. As perspectivas seriam, evidentemente, as piores possíveis caso o atual governo, totalmente ~~destroçado e descaracterizado~~, fosse permanecer até dezembro, tal como previsto pela Constituição argentina. O início dos entendimentos para a antecipação da posse de Menen teve excelente repercussão, embora houvesse um impasse principalmente em função dos necessários reajustes nas tarifas públicas (teme-se a repetição dos incidentes de Caracas) e no tocante ao indulto aos militares. Em um lance inesperado, contudo, Alfonsín unilateralmente anuncia que renunciará dia 30 de junho, uma decisão de grande trancen-

guel Roig, sócio e executivo do grupo Bunge y Borg — uma multinacional de origem argentina de grande peso no comércio institucional de grãos — jamais teve qualquer ligação com o peronismo, até pelo contrário. O Ministério de Obras Públicas, o segundo em importância coube a Roberto Dromi um político reconhecidamente de direita e muito próximo dos círculos militares. Mais eloquente nesse sentido é a presença de Roberto Araoz na Secretaria de Energia, uma escolha pessoal de Menen. Araoz foi citado em inquéritos sobre desaparecidos como um **reducidor**, isto é, um daqueles envolvidos na receptação e revenda de bens tomados de desaparecidos. O próprio ministro do Trabalho — Jorge Triaga — de origem sindical é considerado um conservador. Alvaro Alsogaray, o candidato liberal que concorreu com Menen foi convidado para o Banco Central e em seguida para a embaixada em Washington. Embora tenha recusado, os convites tiveram grande repercussão assim como a disposição, anunciada por Alsogaray, de colaborar com o novo governo. O convite para a embaixada, bem como a indicação do economista Domingos Cavallo — um liberal simpático ao peronismo — para a pasta das Relações Exteriores apontam para a importância que se deve assumir no novo governo os temas na área de diplomacia econômica, provavelmente ~~relativos~~ à dívida externa. Essa impressão apenas se reforça se notarmos que a Argentina possui diversos outros problemas nas áreas de Relações Exteriores (Malvinas, movimentos dos não alinhados, conflitos fronteiriços com o Chile) sobre os quais o novo chanceler tem pouca familiaridade. A equipe econômica terá, portanto, os já mencionados Roig e Cavallo e na posição de vice-ministro (secretaria de coordenação econômica) o economista Guyido di Tella, professor em Oxford e membro do Instituto Torquato di Tella. O Banco

Central deverá ser presidido por Juan Llach, também um economista de certa projeção.

O público reagiu de forma muito favorável à composição do ministério e também ao anúncio de que, com a posse do novo governo, um grande pacote de estabilização seria implementado. As principais linhas mestras desse pacote podem ser depreendidas das declara-

ções do novo presidente: um congelamento de preços e um **salariaz**o (um reajuste geral de uns 100%, talvez 150%), um reajuste nas tarifas públicas (atrasadas em uns 250% segundo "fontes oficiais") e a promessa de austeridade fiscal. Há muitas dúvidas sobre o tamanho e o **timing** desses reajustes. Fala-se também na introdução de uma moeda indexada inspirada no modelo do Plano Real, do professor Francisco Lopez (se chamaria o "federal"). Além disso, há uma enorme quantidade de rumores fantasiosos tais como o que tem sido chamado de "Plano BB" (Bunge y Borg) que teria a assessoria do economista norte-americano Lawrence Klein. Provavelmente uma deturpação da revelação de que Bunge y Borg mantém um contrato de consultoria com a Wharton, numa empresa ligada à Universidade de Pensilvânia onde ensina o professor Klein, especializado em modelos macroeconômicos de projeção para a economia mundial. No capítulo gurus estrangeiros, todavia, talvez mais significativo do associações com Klein, seja a visita a Buenos Aires, marcada para o fim do mês, do economista de Harvard, Jeffrey Sachs que participou como assessor no plano de estabilização boliviano de 1984. Sachs e Cavallo, ministro das Relações Exteriores, foram colegas em Harvard.

“O país tem uma velha e elaborada cultura inflacionária, pois sua experiência com inflação muito alta começa antes da nossa, em 1976”

dência, que sedimentou uma melhoria sensível nas expectativas do público.

De outro lado, a postura de Menen tem sido decisiva para desarmar as expectativas alarmistas, não tanto pela imagem de serenidade e otimismo que procura projetar (suas aparições em programas de televisão cafonas e menções à época da Revolução Francesa como os "tempos da independência da França" não contribuem propriamente para consolidar a imagem de um estadista que deve estar em pleno controle de uma situação econômica sumamente delicada), mas principalmente em função do anúncio de seu ministério. De fato a composição do ministério foi recebida com grande surpresa. Desde a vitória de Menen sobre o governador da província de Buenos Aires, Antonio Cafiero na convenção do partido justicialista esperava-se que a renovação do peronismo tivesse uma orientação flagrantemente populista e fosse conduzida a partir de uma base sindical. Em absoluto contraste com essas previsões, Menen compôs um ministério onde se destacam membros do **establishment** econômico, alguns poucos peronistas de perfil mais conservador e até políticos ligados ao antigo regime militar. O ministro da Economia Mi-